A língua portuguesa em questão: uso, padrão e identidade lingüística[*]

Maria Helena de Moura Neves

(Universidade Presbiteriana Mackenzie; UNESP-Araraquara/ CNPq)

Falamos a “língua de Camões”, assim diz quem valoriza a tradição literária lusitana na pessoa do grande poeta. Também falamos “a última flor do Lácio”, assim diz quem valoriza a nossa poesia mais vernácula, no berço latino da língua. De qualquer modo, nesses epítetos está uma forte marca de confissão de identidade lingüística entre Brasil e Portugal, unidos numa fonte literária sentida como comum, e irmanados no peso da origem comum da língua.

Mas há quem tenha querido assumir uma “língua brasileira”[1], num poético arroubo separatista, que, entretanto, nunca atingiu os alicerces mesmos da língua e nunca adquiriu legitimidade, a não ser como grito revolucionário de afirmação de nacionalidade, ou grito quixotesco de patriotada inconseqüente[2]. Ficamos, sempre, até hoje, Brasil e Portugal, ligados por uma marca identitária lingüística e por um sentimento de comunidade literária sensíveis e inquestionáveis, apesar da quase ininteligibilidade que por vezes ocorre entre um ou outro falante de lá e de cá.

Ocorre, e mais, que, embora isso não toque fortemente a reflexão dos brasileiros, a atenção sobre língua portuguesa não pode resumir-se a Portugal e Brasil, tendo de

---

[*] As idéias básicas deste texto também foram desenvolvidas em Neves (2005).

[1] No seu estudo sobre a *Gramatiquinha* de Mário de Andrade, Pinto (1990, p. 23) dá notícia de uma caderneta intitulada *Língua Brasileira* (p. 23), composta de notas escrituradas a lápis (p. 24). Também é Pinto que, em outra obra (PINTO, 1978, p.XV), nos informa que o mais antigo texto conhecido que estuda a diferenciação da língua do Brasil é do Visconde de Pedra Branca (1824-25, p. 5-7), que, sem implicação de “compromisso ideológico ou conotação nacionalista”, usa a expressão “idiome brésilien”.

[2] Antenor Nascentes, em texto recolhido em obra recente organizada por Barbadinho Neto (NASCENTES, 2003, p. 309-316), transcreve projeto apresentado à Câmara Municipal do Distrito Federal, de 5 de julho de 1935, determinando que livros didáticos, programas de ensino e denominações das “cadeiras de ensino” passassem a referir-se à “língua pátria” como “língua brasileira”. Aprovado na Câmara, o projeto foi vetado pelo prefeito Pedro Ernesto em 7 de agosto, em texto que se inicia com a frase “O projeto fere a verdade científica.” (p. 310), e que, entre outros argumentos, traz a afirmação: “Reconhecem todos os filólogos ser portuguesa a língua falada no Brasil.” (p. 311). O caso repercutiu na imprensa, e o próprio Nascentes deu uma entrevista em 29 de julho (antes do veto, portanto) ao jornal O Globo, na qual afirmou: “O mesmo motivo que há para criar uma ‘língua brasileira’ atualmente, haveria para criar uma algarvia, uma paulista, uma paraense.” (p. 315). Afinal, o veto foi rejeitado pela Câmara e o Decreto nº 25, de outubro de 1935, passou a vigorar no Distrito Federal, “embora não nos conste que tenha sido aplicado”, diz Nascentes (p. 315). Em seguida foi apresentado à Câmara dos Deputados “um projeto que ampliava ao Brasil inteiro o que constituía lei no Distrito Federal” (p. 315), e que chegou a ser distribuído a especialista para exame e chegou a receber o estudo, mas “os acontecimentos de 10 de novembro de 1937 fizeram com que o projeto fosse adiado por tempo indeterminado...” (p. 316).

estender-se aos diversos continentes[3], com alguns espaços em que essa língua luta para afirmar-se, ou mesmo para inserir-se social e/ou politicamente.

O primeiro complicador que surge no exame do compartilhamento de língua e na consideração da identidade lingüística é exatamente a distinção de espaços, que, com a distinção de terras e ares, carrega a distinção de histórias e de culturas. Não é diferente com a lusofonia, nosso tema focal.

Entretanto, não se pode avaliar lusofonia simplesmente como um conjunto de espaços geográficos em que os usuários da língua se comunicam. É antológica a frase de Mateus (2002a, p. 42), para quem esta língua que falamos juntamente com tantos outros povos de diferentes espaços "é um capital de investimento notável, é a nossa forma de manifestarmos a diferença". Trata-se de uma afirmação de identidade que faz abstração da geografia dos povos para investir naquele "espaço simbólico e político" de que fala Fiorin (2006, p. 25), que nele coloca um valor performativo, de orientação de comportamento social.

Voltemos a Mateus (2002b), para quem o enquadramento em uma única língua de variedades de uma língua que vive em diferentes culturas é, em última análise, uma opção política. É assim, diz ela, que "o termo 'Português', que cobre variedades socioletais, dialetais, nacionais que convivem em Portugal e no Brasil, deve ser entendido como importante instrumento de coesão entre povos e como afirmação política e econômica num contexto envolvente transnacional." (p. 279).

Está, pois, criado um espaço de pensamento, de ação e de criação, um espaço de identificação, para além e por cima das especificidades culturais, que não perde identidade ao abranger falantes americanos, europeus, africanos e asiáticos[4].

Muito tenho falado de ação escolar no campo da reflexão sobre a linguagem e da teorização gramatical a que leva a reflexão lingüística. Nesta discussão, insiro as diretrizes dessa ação na interface fundadora entre gramática da língua e política lingüística. Pode parecer que aí se juntam categorias de ordem absolutamente diversa, mas com certeza a gramática da língua se configura no fazer discursivo, e os discursos nascem no bojo de atividades inseridas na vida da *pólis*, refletindo dominação política, dominação cultural e a própria dominação lingüística.

---

[3] O português é língua oficial em oito países, que somam cerca de 230 milhões de habitantes.

[4] Fiorin (2006) fala da lusofonia como o "espaço enunciativo da diversidade, das diferentes feições que o português foi assumindo nos diferentes países em que é falado" (p. 45), o que vai na direção do que propõe Haesbaert (2002), quando trata de territorialização, desterritorialização e reterritorialização de grupos étnicos.

Qualquer instância de comunicação lingüística evidencia a natureza das entidades e dos processos gramaticais de uma língua, mas, pela própria direção que dou ao estudo, aponto a existência de dois campos discursivos que particularmente se prestam à análise, cada um deles, por sua vez, acompanhado de seu metadiscurso: (i) a criação literária e o discurso sobre ela; (ii) a produção de estudos (meta)lingüísticos (gramáticas, dicionários, ensaios, tratados) bem como sua análise e crítica. Por aí se chega à ação escolar com a linguagem, naturalmente determinada por essa configuração (meta)discursiva. E também aí no campo da ação escolar, de que trato mais adiante, chega-se a um discurso específico e a um metadiscurso.

A análise dos movimentos e realizações nesses campos mostra diferentes motivações, e, conseqüentemente, diferentes direções, nos diferentes espaços geográficos e administrativos. Um exemplo que evoco é o de Timor Leste[5], em que, no rescaldo de uma recente situação traumática de dominação estrangeira, é muito forte a necessidade de afirmação política, de busca de uma marca identitária, situação em que a língua tem papel determinante, e que se contrapõe drasticamente à nossa situação, na qual qualquer movimento de pretensa defesa de identidade lingüística apenas pode resumir-se como busca de afirmação cultural. O que temos de "colonos" é apenas uma diluída memória de "colonizados" – e sem trauma –, e, a partir daí, de "herdeiros" de uma língua que não morreu, que continua a florescer com marcas próprias lá e cá, e, ainda, em outros espaços geográficos a que nosso colonizador a levou. Mais, é com realimentações mútuas que lá e cá usamos essa língua comum e cultivamos espaços comuns de história e de vivência. Na verdade, hoje, no Brasil, já ninguém insiste em um "sete de setembro" lingüístico[6], e, em geral, os movimentos que se aferram a um conservadorismo radical no plano lingüístico apenas repetem uma característica, natural nas sociedades, de manutenção de padrões, de preservação interna da língua, numa ação que já chamei de "paradoxal defesa da língua contra os próprios falantes, contra sua capacidade e liberdade de expressão, singular na diversidade" (NEVES, 2005).

---

[5] A situação de Timor Leste nesse campo tem ficado bastante visível para nós pela atuação destacada, naquele espaço, nos últimos anos, de grupos brasileiros. Cite-se o projeto Universidades em Timor-Leste, de autoria de Regina Brito (UPM) e de Benjamin Abdalla Junior (USP), um programa pedagógico-cultural destinado a sensibilizar os timorenses para a comunicação e a expressão em português, em conformidade com a política nacional de cooperação entre os países de língua portuguesa.

[6] Citando Silva Neto (1951, p. 76), Lucchesi (2002, p. 77) invoca o testemunho do cronista Pero de Magalhães Gândavo, que, em 1618, definia o Brasil como uma "academia onde se aprendia o bom falar", e acentua o fato de que o caráter conservador e a influência dos padrões europeus vão perdurar até depois de proclamada a Independência, em 1822. E, na verdade, pode-se falar dessa atitude elitista da época colonial como uma raiz e um nascedouro para a posição normativista que até hoje dirige os olhos do nosso povo no julgamento dos usos.

Conhecemos mais de perto a relação entre o país em que vivemos e Portugal, o país de origem da nossa língua – a qual, aliás, nem sempre foi a língua geral no Brasil –, e a sensação de identificação é geral e bilateral. Mas também quem tem algum contato com as manifestações de consciência lingüística de outros espaços geográficos de fala portuguesa tem a fácil sensação de encontrar aquele "espaço de identificação" de que falei no início deste texto, aquele "contexto envolvente" de que fala a minha citação de Mateus (2002b). O que se vê é que as ações de atores sociais tão diversos, de tão diversos espaços geográficos e administrativos, de tão diversas culturas, histórias e modos de vida, convergem, pela ação da língua comum, naquele "espaço de identificação" de que falo no início deste texto. É mais ou menos o que está expresso no antológico verso "minha pátria é minha língua" de Caetano Veloso, eco daquela frase de Fernando Pessoa (Bernardo Soares), hoje um verdadeiro aforismo, que ele registrou como expressão de seu "alto sentimento patriótico": "Minha pátria é a língua portuguesa."[7].

Para exame dos componentes históricos da questão centremo-nos no Brasil, que, pela complexidade lingüística, bem ilustra o que ocorre na vida das línguas que dividem um mesmo espaço e cuja convivência pode fazer caminhar para uma ou outra direção. No nosso caso, chegou-se a uma unidade lingüística inquestionável. A história mostra uma colônia em que o intercurso comum não se fazia na língua dos colonizadores portugueses, e em que, nem mesmo nas atividades mais oficializadas, como o ensino e a evangelização, era o português a língua corrente. Muitos fatores contribuíam, então, para uma pulverização lingüística que, afinal, não se estabeleceu na história subseqüente do país: a concentração no litoral[8] dos centros administrativos capazes de oferecer o que seria o modelo lingüístico português; a extensão territorial (embora não fosse a que hoje temos) em que se distribuíam os pontos a que a língua portuguesa era levada, tão distantes dos centros de colonização; a natureza dos desbravadores portadores da língua, que – fale-se dos portugueses ou dos mamelucos – eram homens de pouca ou nenhuma

---

[7] Apesar desse registro, é necessária a ressalva de que o contexto em que essa frase ocorre torna menos tranqüila a simples remissão a uma declaração de reconhecimento da língua como espaço simbólico de identificação: Bernardo Soares faz tal declaração para acompanhar a manifestação de seu "ódio" a quem escreve mal .

[8] Novamente remeto a Nascentes (2003), texto escrito por solicitação do Ministério das Relações Exteriores, apresentado pela Legação do Brasil em Copenhague, em 1937): "Criavam-se desse modo no litoral núcleos de povoamento, que iriam irradiando a civilização pelo interior das terras até encontrar a barreira do meridiano estabelecido pelo tratado acima referido [Tordesilhas]." (p. 298).

instrução; o confronto com a diversidade lingüística dos autóctones[9], e, posteriormente, dos africanos.

Na subseqüência da história, livre o Brasil da situação de simples colônia, fica visível uma situação em que, para alguns, a ligação com um padrão genuinamente português significaria adesão ao colonizador, e a liberação dos padrões significaria libertação nacional, enquanto, para a sociedade em geral, a valorização do padrão é evidente. Isso explicaria a contradição entre uma literatura brasileira fundamentada no sentimento nativista e o estabelecimento de um padrão lingüístico normativo decalcado no padrão do português europeu moderno (Pagotto, 1998; Lucchesi, 2002).

E aqui se chega, pois, à constituição do padrão de linguagem, que, seguramente, tem seu papel marcado, primeiramente, na relação com a literatura. Referindo-se à nossa literatura em particular, e afirmando que entre a língua que aqui falamos e a que se fala em Portugal, não há "diferenças fundamentais", Nascentes (2003) destaca o fato de que a "língua literária (...) reflete bem essa unidade" (p. 306).

Ninguém como um poeta – e eles nos têm mostrado isso à sobeja – vive as questões cruciais para o espírito humano, e, assim, ninguém mais do que um poeta consegue expressar as questões viscerais de uma identidade lingüística. No espaço da lusofonia são bastante fortes as afirmações literárias de sentimento de nacionalidade, mas aqui me limito ao espaço que reúne Brasil e Portugal[10].

Tivemos em 1822 nossa independência política, mas não nossa independência literária. Como diz Nascentes (2003,), "a nossa cultura até aquela data era toda bebida em fonte portuguesa"[11] (p. 303), e, conseqüentemente, "os nossos poetas e prosadores do primeiro quartel do século XIX e dos primeiros anos do segundo, eram verdadeiros literatos portugueses do século XVIII"(p. 303-304). Quem se dirigia a um estudo superior lá ia para Coimbra, voltando "com tão poderosa influência portuguesa que as

---

[9] Silva Neto (1951) fala na instituição de uma bipolaridade lingüística no Brasil, entre o povo mestiço e o colonizador. Mas, mais que isso, os estudiosos têm observado que a língua do povo mestiço já constituía um conjunto fragmentado e disperso.

[10] As literaturas brasileira e portuguesa, sobretudo no período colonial, são particularmente sensíveis, a partir do conceito de identidade, a uma avaliação para a qual se podem invocar fatos como a lentidão com que o Brasil deixou de representar um espaço de mera exploração mercantil, passando à constituição de uma sociedade, e a indefinição quanto à questão de a produção cultural e literária representar identidade brasileira ou identidade portuguesa (Bridi, 2002). No período pós-colonial, como se aponta adiante, pode ser lembrado o acirramento da questão da identidade com a Independência, que legitimou para os brasileiros a necessidade de buscar afirmação como nação soberana, e, já no Modernismo, o foco na construção e legitimação de identidade, ou de identidades, oriundo do próprio culto do novo, do próprio vanguardismo (Hall, 2005).

[11] Nascentes explicita: "Ensino primário rudimentar, ensino secundário quase nulo, exceto uma ou outra aula avulsa, dada em conventos, ensino superior inexistente." (p. 303)

produções aqui vindas à luz nada mais representavam que uma continuação das que surgiam além-Atlântico" (Nascentes, 2003, p. 303). E acrescenta o filólogo: "A mesma linguagem, as mesmas imagens, alusões mitológicas, processos técnicos, tudo puramente português" (p. 303-304). Assim, prendia-se a língua à forma lusitana, considerada o padrão.

Com o Romantismo, veio uma vertente histórica de busca de um padrão nacional (nacionalista?), que, entretanto, dada a situação sociocultural do país, não tinha como alicerçar-se em uma fala culta que fosse nossa, nem em uma língua representativa do grupo que atuara na colonização, a qual dificilmente se definiria como única ou padronizada[12]. Entre os muitos episódios de afirmação de uma identidade brasileira para a língua, caracteristicamente representados na literatura por Gonçalves Dias e por Alencar[13], surge o que Melo (1957) considera um "estilo brasileiro" (p. 175).

A reação preciosista Parnasiana constitui uma inversão de direção, entretanto perfeitamente compreensível, até dentro do clássico movimento pendular de Tristão de Ataíde, mas, principalmente, como reflexo do nunca abandonado direcionamento das aspirações sociais de conservação de padrões de elevação, renovadamente legitimados.

Novamente se aciona o pêndulo na espetacular erupção literária Modernista, que já defini como uma opção de folclore (nacionalista), vanguarda (modernista) e caos (iconoclasta) (NEVES, 2005). É quando Mário de Andrade chega à proposição do que seria uma nova gramática[14].

Outros tempos são os de hoje, em que, talvez porque iluminados pela difusão de princípios científicos que colocam a questão de padronização lingüística num contexto de esclarecimento sociolingüístico, ou talvez, mesmo, porque imbuídos do generalizado sentimento de inserção numa era globalizada, os literatos parecem bastante alheados da tarefa de batalhar num ou noutro sentido, de filiar-se a padrões ou declaradamente

[12] Essa atitude tem sido vista como resultado do desejo da elite de definir-se no padrão de um país branco e europeu, desligando-se da condição multirracial e mestiça do país em que vivia (Faraco, 2002, p. 43). Em vez de insurgir-se contra o colonizador, esse grupo aferrou-se ao padrão lingüístico lusitano, repudiando a "língua de negros boçais e de raças inferiores" (Christino, 2001, apud Faraco, 2002, p.43) das senzalas. Aparentemente, deixa de aplicar-se, então, o que preconiza Haugen (2001), para quem, por via do nacionalismo, na língua se verifica "a insistência não só em ter uma língua, mas em ter sua própria língua" (p. 106).

[13] Pinto (1978) diz que "inicia-se com Gonçalves Dias a fixação dos padrões literários brasileiros em termos de língua" (p. XX). Também alude às indicações de Alencar sobre a transformação operada pelo povo na língua, transformação "irreversível e fatal", "longa e profunda, como a que ocorreu na história da formação do latim, e, a partir deste, na das línguas românicas" (p. XXIII), e sobre a existência de um "cisma gramatical" (p. XXII).

[14] Pinto (1990) informa que "pelo menos entre 1924 e 1929 o projeto de Mário de Andrade vigorou" (p. 43), e que "durante certo tempo ele realmente cogitou da elaboração da obra" (p. 23).

investir contra eles. Há redutos de conservadorismo ou de rebelião, mas nada que constitua proclamação de fé a levantar bandeiras. Nem mesmo órgãos legais rigidamente doutrinadores possuímos, a não ser para a ortografia, e a sensação geral – e comprovada em estudos (Tarallo, 1993; Kato, 1996; Duarte, 1996; Mateus, 2002b) – é a de que os padrões brasileiros natural e crescentemente se afastam dos portugueses sem que ninguém, abalizadamente, proponha que se tenha quebrado a identidade lingüística.

Anunciei outro campo de grande relevância para o exame da relação entre política lingüística e padronização de linguagem, o das próprias descrições de usos lingüísticos (manuais de gramática e dicionários) e dos estudos sobre essas descrições (obras metalingüísticas, metalexicográficas, metagramaticais), exatamente o campo operado por especialistas, os quais se espera representem o que de conhecimento se produziu acerca da questão. Além disso, esses "pilares do nosso saber metalingüístico" que são as gramáticas e dicionários (Auroux, 1992, p. 65), bem como os estudos sobre eles, representam exatamente o que está nas produções lingüísticas, e delas dão testemunho, inclusive quanto às questões de construção da identidade nacional e de configuração da face identitária da nação por via da língua pátria[15]. Por isso mesmo são valiosos os estudos de historiografia lingüística tanto no que respeita ao simples devir das idéias lingüísticas quanto no que se refere ao discurso com que essas idéias são apresentadas.

O dicionário é, em geral, para os usuários, uma simples ferramenta, mero instrumento de consulta que, num momento de dúvida, lhes responde sobre a legitimidade do uso de uma determinada palavra, seu significado e sua ortografia. Essa é a visão de fora para dentro, do homem apressado em resolver problemas pontuais, porque, na verdade, como aponta Biderman (2005), o dicionário, como produto cultural a que se atribui por excelência o papel de autoridade lingüística, constitui o registro da linguagem corrente e aceita na comunidade, repositório que é do patrimônio cultural coletivo.

Assim, para compreender a natureza real dos dicionários temos de vê-los no que eles representam como criação. Os dicionários não são apenas um registro de dados à disposição de consulentes afoitos, mas são também o espelho do modo como uma

[15] Signorini (2002) afirma que "a contribuição dos estudos lingüísticos sempre foi e continua sendo crucial para os processos de estabilização, legitimação e controle das línguas nacionais, seja através do recorte e descrição de um córpus lingüístico de referência para o 'nacional' na língua, seja através da elaboração de metalinguagens e teorias que descrevem e explicam o lingüístico e seu funcionamento, seja através da elaboração de artefatos que dão visibilidade à língua enquanto objeto, tais como gramáticas, manuais, dicionários e atlas lingüísticos, por exemplo" (pp. 100-101).

comunidade, em vivência, interativamente, construiu o recorte de seu saber, seu dizer, seu pensar e seu sentir. Por trás da organização em uma estruturação lexicográfica necessariamente estática está a consolidação de uma realidade dinâmica, de um devir e de um partilhar que adquiriu contornos particulares. É como se pode entender a forte vinculação desse tipo de obra com todo um conjunto de ações de política lingüística. Para Chierchia (2003), "o trabalho do lexicógrafo serve, por um lado, para explicitar com que objetos (ou classe de objetos, ou relação entre objetos etc.) uma determinada palavra está associada. Nisto se inclui a identificação de seus usos sociais predominantes e o conhecimento de suas vicissitudes históricas." (p. 269). Para esse semanticista, "o lexicógrafo, de um lado, reconstitui a cadeia de vicissitudes históricas que levaram a identificar os vários referentes, de outro, oferece elementos para isso nas teorias correntes sobre os vários tipos de objetos" (p. 298). Afinal, como memória lexical de uma sociedade (Alan Rey no Prefácio do *Dictionnaire de la Langue Française* Le Petit Robert, de 1990) os dicionários são o acervo e o registro das significações que nem a memória individual nem a coletiva são capazes de guardar[16].

Para refletir sobre o caso específico da língua portuguesa recorro às indicações de Biderman (2005) sobre o fato de que a variação lingüística resultante da diversificação histórico-geográfica das duas principais variedades – o português europeu e o português brasileiro – introduziu uma complexidade maior no registro escrito do léxico por meio de dicionários. Durante séculos nossa sociedade colonial careceu de um suporte gráfico de sua cultura, com evidentes perdas para o patrimônio lexical da variedade brasileira da língua portuguesa. Até o século XIX essa variedade não encontrou abrigo em obras lexicográficas, e o primeiro dicionário brasileiro, o *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*, só surge no século XX (1938). Assim, foi somente quatro séculos após ter recebido o colonizador com sua fala portuguesa que o Brasil conseguiu mapear sistematicamente o seu léxico, o que significa que o primeiro registro de nossa realidade recortada e organizada tem apenas setenta anos, com tudo o que isso significa na construção de uma identidade lingüística.

As gramáticas, por sua vez, são um verdadeiro espelho das orientações de análise lingüística vigentes num estado de sociedade e num estado teórico-metodológico de visão da língua e da linguagem. Não necessariamente em sucessão, revela-se uma

[16] Borba (2003) diz que "um dicionário de língua, como produto cultural e instrumento pedagógico, resulta de um olhar sobre a estrutura e o funcionamento do sistema lingüístico num determinado momento da vida de uma comunidade", acrescentando que, "por isso é organizado a partir de uma ideologia" (p. 308-309).

gama de direcionamentos, o filosófico, o doutrinário, o pragmático, o científico, o dedutivo, o indutivo, cada um a compor um corpo de lições específico sobre as peças e a engrenagem do sistema da língua e/ou do funcionamento lingüístico. O conteúdo e o modo de expressão das lições, constituindo os modos de ver a língua segundo as forças atuantes naquele espaço, naquele tempo e naquele viés de análise, registram o saber que revela os modos de ver a sociedade, suas vivências, seus valores, afinal, seu perfil identitário.

Vistas na história, pois, as gramáticas e o discurso que as instaura dão o mapa de diferentes perspectivas de consideração da linguagem, às vezes mostrando diferenças em subseqüência, às vezes mostrando diferenças em coexistência, tudo levando ao mapeamento das peças que compõem o imaginário social com relação à língua.

Não se esqueça o fato de que toda língua de uma comunidade apresenta um padrão natural, uma norma em si aglutinadora da heterogeneidade, da multiplicidade, da variação lingüística naquele estado de língua. A partir daí, porém, e por via do caráter social da língua, a relação com a norma se encaminha para uma constante busca de qualificação, elevação e prestígio. Nos Estados modernos ocidentais pesa sobremaneira a mobilidade social das classes, de ativação indiscutivelmente ligada à posse dos padrões lingüísticos das classes escolarizadas. Quanto mais o indivíduo adquire consciência de seu papel na sociedade mais ele busca definir para si o estatuto de usuário da língua prestigiada, e cada vez mais pensa a língua como um meio de afirmar-se e identificar-se valoradamente. É automático o uso da língua para comunicação, mas a avaliação que cada falante faz de seu uso é sempre no sentido de uma busca dos padrões socioculturais que ele é capaz de atingir nos seus enunciados.

É no próprio uso que está determinantemente a base da construção da identidade lingüística num determinado espaço, mas a reflexão sobre o uso bem como a avaliação do padrão são também componentes do perfil identitário da comunidade, pelo que representam de ativação do imaginário coletivo, naquele espaço simbólico. E o dicionário e a gramática, afinal, são tanto a referência do uso lingüístico como a referência do padrão social de desempenho lingüístico[17].

[17] É pouco considerado o papel normatizador do dicionário, a não ser para abonação de ortografia e para legitimação de abrigo no léxico de determinadas palavras. Cito, porém, Aléong (2001), que, após registrar que o manual de gramática inglesa elementar de 1783 de Webster teve mais de 150 reimpressões e vendeu 20 milhões de exemplares, afirmou, em contrajunção: "Mas a maior contribuição de Noah Webster à criação de uma norma americana permanece decerto sua fundação da lexicografia americana." (p. 168).

Essa tensão que vem refletida, de um modo ou de outro, nos instrumentos de suporte para a atuação lingüística, tem presença marcada na ação escolar, outro forte componente do contínuo processo de definição de padrão lingüístico em uma comunidade. Também aqui podemos buscar na nossa história, de tão demorado período de influência da matriz européia nos colégios[18], a explicação para o esforço inicial de manutenção dos padrões lusitanos na definição do que seria a língua das classes escolarizadas. Um dado histórico importante quanto à direção da valoração de padrões lingüísticos entre nós está no fato de que a própria justificativa do Marquês de Pombal para tornar obrigatório o ensino de língua portuguesa[19], foi, como diz Soares (2002), declarar a medida um "meio dos mais eficazes para desterrar dos povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes" (p. 159).

Entretanto – sem negar que a escolarização tenha seu papel nisso –, a sociedade como um todo, nas lides comuns, nas buscas de cada um para assegurar seu espaço de distinção, vai por si, naturalmente, em direção ao que o imaginário coletivo constrói como o melhor, o mais exato, afinal, o "certo" que todos nós conhecemos. Não pode ser minimizada aquela natural busca de identificação, que se configura como uma busca de unificação, e que, pela própria natureza sociocultural do uso da linguagem, vai sempre no sentido daquilo que se considera uma elevação, um padrão distinguido.

Obviamente temos de definir o processo como dirigido para a unidade, e não para a unicidade. É impossível não ver que a linguagem se faz exatamente de heterogeneidade e multiplicidade, de variação e mudança, e que é do trato dos falantes com esses traços constitutivos que resulta a identidade de uma língua, não importa em que territórios geográficos ela esteja em função. Assim, no geral, não é propriamente a afirmação de uma unidade lingüística a busca determinante, a não ser nos casos de línguas não nacionais – como o francês no Quebec e o basco na Espanha – ou ameaçadas – como o grego da época helenística –, que em geral fazem erguer-se ferrenhos defensores, e não apenas cultores. No caso do Brasil, que é o da maioria dos Estados modernos ocidentais em que se fala uma língua não apenas majoritária mas reconhecidamente nacional, há correspondência entre "uma nação, uma comunidade etnolingüística e um território" (Signorini, 2002, p. 99), e a busca de unificação de

[18] Diz Cunha (1970, apud Lucchesi, 2002, p. 77) que, mesmo no século XIX, os professores de língua portuguesa eram, em geral, portugueses.

[19] Na verdade, apesar de ser de 1757 o decreto do Marquês de Pombal que tornou obrigatório o ensino de língua portuguesa, proibindo que se ensinasse qualquer outra língua em território brasileiro, nosso empenho nesse sentido foi tardio, pois a inclusão de Língua Portuguesa como disciplina nos currículos data do final do século XIX.

padrão não constitui uma ação de defesa. Se há uma patrulha, seu móvel é social, (pseudo?)cultural, e não político.

O exame da manutenção e da valoração de um padrão unificador do intercurso lingüístico das comunidades mostra, afinal, que o estabelecimento desse tipo de norma faz parte da própria composição identitária politicamente válida da língua. Não se trata, porém, da política de Estado, pois o poder de unificação da língua comum desconhece não apenas distâncias e fronteiras geográficas mas ainda ditames governamentais. Se se pode esperar apenas de um poeta – nunca, por exemplo, de um governante, a não ser de alguém muito dado a metáforas – que diga, em Portugal, “minha pátria é a língua portuguesa”, ou que faça eco, no Brasil, com um “minha pátria é minha língua”, entretanto todos e cada um de nós, que nunca soubemos fazer esse verso, sentimos cheiro e sabor de pátria quando ouvimos, em qualquer parte do mundo, um brasileiro, um português, um moçambicano, um timorense (etc.) falar a língua que sabemos pátria[20]. Eu diria, grosseiramente, que, no imaginário de composição de um perfil identitário coletivo, pesa mais a comunidade de tradição que a de moeda, mais a sintaxe que a economia, mais a história do que a geografia.

Referências bibliográficas

ALÉONG, S. Normas lingüísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. In: BAGNO, M. (Org.). *Norma lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001. p. 145-174.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução do francês de Eni P. Orlandi. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.

BERRINI, B. O português do Brasil: heranças e invenções – 500 anos. In: *Língua portuguesa*. Uma visão em mosaico. São Paulo: EDUC, 2002, p. 33- 42.

BIDERMAN, M. T. C. *Notas para um projeto em lexicografia.* São Paulo: Mimeo, 2005.

BORBA, F. S. *Organização de dicionários*. Uma introdução à lexicografia. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

BRIDI, M. V. Literatura e identidade. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras UPM*, v. 2, n. 1, p. 9-13, 2002.

CHIERCHIA, G. *Semântica*. Tradução de Luis Arthur Pagani; Lígia Negri e Rodolfo Ilari. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

[20] Em carta a Ramalho Ortigão, de 15/03/1878, diz Eça: “O que eu desejava era subir as escadas da Calçada dos Caetanos, sentar-me ao pé da chaminé, receber a minha chávena de chá, e dizer: Querido Ramalho, ouça lá... – E falar três dias.” (apud BERRINI, 2002, p. 35).

CHRISTINO, B. P. *Português de gente branca* – certas relações entre língua e raça na década de 1920. Dissertação de Mestrado- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CUNHA, C. *Língua Portuguesa e realidade brasileira.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

DUARTE, M. E. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Orgs.). *Português brasileiro*: uma viagem diacrônica. 2. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996. p. 107-128.

FARACO, C. A. Norma-padrão brasileira. Desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, M. (Org.). *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 37-61.

FIORIN, J. L. A lusofonia como espaço lingüístico. In: BASTOS, N. (Org.). *Língua portuguesa*: reflexões lusófonas. São Paulo: Ed. PUC, 2006. p.25-48.

HAESBAERT, R. Fim dos territórios ou novas territorialidades? In: LOPES, L. P. M.; BASTOS L. C. (Orgs.). *Identidades*: recortes multi e interdisciplinares. Campinas: Mercado de Letras, 2002. P. 29-52.

HALL, S. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HAUGEN, E. Dialeto, língua, nação. In: BAGNO, M. (Org.). *Norma lingüística.* São Paulo: Edições Loyola, 2001. p. 97-114.

KATO, M. Como, o que e por que escavar? In: ROBERTS, I; KATO, M. *Português brasileiro:* uma viagem diacrônica. 2.ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996. p. 13-27.

LUCCHESI, D. Norma lingüística e realidade social. In: BAGNO, M. (Org.). *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 63-92.

MATEUS, M. H. M. *A face exposta da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2002 (2002a).

MATEUS, M. H. M. *Uma política de língua para o português*. Lisboa: Colibri. 2002 (2002b).

MELO, G. C. C. *Iniciação à filologia portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957.

NASCENTES, A. *Estudos Filológicos.* Volume dedicado à memória de Antenor Nascentes organizado por Raimundo Barbadinho Neto. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003.

NEVES, M. H. M. O Brasil no contexto da construção de uma identidade lingüística no mundo lusófono. In: RIO-TORTO, G. M. et al. (Orgs.). *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. p. 643-656.

PAGOTTO, E. G. Norma e condescendência: ciência e pureza. *Línguas e instrumentos lingüísticos* n. 2, p. 49-68, 1998.

PINTO, E. P. *O português do Brasil.* Textos críticos e teóricos 1-1820/1920. Fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos/ São Paulo: Ed. USP, 1978.

PINTO, E. P. *A gramatiquinha de Mário de Andrade*. Texto e contexto. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

REY, A. Prefácio. In: *Dictionnaire de la Langue Française Le Petit Robert*. Paris : Le Robert, 1990.

SIGNORINI, I. Por uma teoria da desregulamentação lingüística. In: BAGNO, M. (Org.). *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 93-125.

SILVA NETO, S. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: INL, [1951] 1963.

SOARES, M. Português na escola*:* História de uma disciplina curricular. In: BAGNO, M. (Org.). *Lingüística da norma*. São Paulo, Loyola, 2002. p. 155-178.

TARALLO, F. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Orgs.). *Português brasileiro*: uma viagem diacrônica. 2. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996. p. 35-68